

Vivendo em um mundo material: povos originários, a vida diária de mulheres israelitas em cruzamentos culturais e desigualdades mundanas

Living in a material world: native peoples, the israelite women's daily life in cultural crossovers, and worldly inequalities

João Batista Ribeiro Santos¹

RESUMO

Esse ensaio historiográfico tem por objetivo investigar de forma conjuntural a vida diária de mulheres israelitas, considerando as suas atividades técnicas. Tem-se por hipótese que a potência de agir – *agence* – feminina é proeminente nas transformações de longo curso das estruturas de entidades políticas do Levante por meio da fundação de novos espaços físicos, redes de conhecimento e técnicas inovadoras. A investigação será distintiva, tendo como fonte um texto fragmentário de Qumran, *1 Samuel 8,13*[8,9-14.16-20], mas a prática metodológica comparativa e histórica, aliada às pesquisas etnológicas, históricas e das ciências da religião recentes sobre o papel da mulher em comunidades de povos originários e em entidades políticas do antigo Oriente-Próximo, visa inicialmente a analisar a polêmica entre partidários da aristocracia patriarcal intertribal e do sistema político monárquico, para em seguida destacar vários grupos de trabalhadoras profissionais na confluência do desenvolvimento técnico de gênero.

Palavras-chave: mulheres na Antiguidade; antigo Israel; vida diária de mulheres; cruzamentos culturais.

ABSTRACT

This historiographical essay aims to contextually investigate the Israelite women's daily life, considering their technical activities. It hypothesizes that the female potency to act—*agence*—is prominent in the long-term transformations of the structures of political entities of the Levant through the establishment of new physical spaces, knowledge networks, and innovative techniques. The investigation will be distinctive, using as its source a fragmentary Qumran text, *1 Samuel 8:13* [8:9-14, 16-20], but the comparative and historical methodological approach, combined with recent ethnological, historical, and religious science research on the role of women in primitive communities, and political entities of the ancient Near East, initially aims to analyze the controversy between supporters of the intertribal patriarchal aristocracy and the monarchical political system, and then to highlight several groups of professional women workers at the confluence of the technical development of gender.

Keywords: women in Antiquity; ancient Israel; women's daily life; cultural crossovers.

¹ Pós-doutor em História Comparada, com pesquisa e estágio realizados no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2023-2024); Pós-doutor em História e Cultura, com pesquisa e estágio realizados na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (2019-2020); Mestre e Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2002; 2018); Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013). E-mail: jj.batist@gmail.com

Introdução

Esse ensaio tem por objetivo investigar de forma conjuntural a vida diária de mulheres, na perspectiva comparativa das ciências da religião e da história; me ocuparei de fontes originais e, sobretudo, em abordar contextualmente as atividades profissionais, tendo como fonte textual *I Samuel* 8,13², um texto fragmentário que faz parte do *corpus* qumraniano. Em explícito posicionamento ideológico, no qual o patriarcado deseja manter a estrutura da sociedade de estratos sociais com esferas de poder semiautônomas, encontramos jovens mulheres israelitas com qualificação profissional nas instâncias de disputas políticas.

A fonte textual, *I Samuel* (1QSm), foi escavada na Caverna 4, localizada nas ruínas de Qumran (*hirbet qumrān*), entre o rio Jordão e o mar Morto, faz parte da Coluna VIII e está dividida em dois fragmentos: *I Samuel* 8,9-14, fragmento “a”, e *I Samuel* 8,16-20, fragmento “b”. As investigações arqueológicas e linguísticas dos sítios auxiliaram na difícil tarefa de afixar a época de enunciação documentária, por isso é possível datar entre c. 30 AEC–70 EC a redação do fragmento “a” (4QS^a), onde se situa o objeto a ser historizado – *I Samuel* 8,13 –, enquanto a redação do fragmento “b” (4QS^b) tem sido datada em c. 250 AEC (Lange, 2010, p. 60-61; Tov, 2022, p. 126). Na monumental Caverna 4, os manuscritos não foram encontrados fortuitamente, mas por meio de pesquisas arqueológicas iniciadas em 1952 EC, num montante de cerca de “15.000 fragmentos provenientes de uns 550 diferentes manuscritos” (García Martínez, 2025, p. 34). As divergências textuais encontradas entre os Textos Massoréticos (BHS) e os Textos de Qumran (BQS), em contraponto à pequena quantidade de manuscritos gregos encontrados nos sítios qumranianos (4Q, 8 manuscritos; 7Q, 19 manuscritos), podem demonstrar que os mestres de Qumran tiveram por base para as suas escrituras os manuscritos hebraicos, apesar de contar com a preservação de arquivos de cópias da versão grega do assim chamado Primeiro Testamento³.

Os componentes materiais das sociedades me levam a investigar distintivamente, mas na junção das linguagens com as conjunturas, a vida diária de mulheres; me ocuparei, sobretudo, em abordar contextualmente a técnica do gênero – ainda ausente da história econômica –, que coloca no centro da polêmica jovens mulheres israelitas com qualificação profissional. O texto, suas primeiras cópias, deve ter começado a circular no período Persa Aquemênida (c. 540–330)⁴. Quanto ao conteúdo, apesar de pretender destacar criticamente essa questão na terceira parte do ensaio, cabe mencionar que o texto é antimonárquico no sentido de considerar a monarquia um sistema político que centraliza o poder e as imagens de potência num homem, trocando a autoridade de Yahweh (*yhw*) por uma ideologia canaanita que será assimilada ao modelo estrutural hitita⁵, bem como no sentido da distinção identitária, na medida em que torna a entidade intertribal israelita comprehensível para as grandes entidades políticas canaanitas que se encontram estatizadas. Compilado na redação de ditos *yawistas* do período pré-monárquico retroativamente, a fonte textual será levada ao contexto histórico comparativamente a outras fontes do antigo Oriente-Próximo – textuais

² Tanto na interpretação quanto na historiografia as enunciações de textos bíblicos hebraicos serão de BQS (*Biblical Qumran Scrolls* [Ulrich, 2010]), poderei recorrer a textos da BHS (*Biblia Hebraica Stuttgartensia* [Elliger; Rudolph, 1997]) nos casos em que a abordagem for comparativa. As transliterações e as traduções são realizadas pelo autor.

³ A compilação dos registros de forma comparativa e crítica consta num capítulo de *Septuaginta*, texto de Francisco [Forthcoming/Futura publicação], em processo de edição pela Sociedade Bíblica do Brasil.

⁴ Veja a análise historiográfica sobre a monarquia realizada por Liverani (2008, p. 375-92).

⁵ Veja a análise literária, no contexto dos impérios hitita e assírio, realizada por Olmo Lete (2018, p. 202-203) e a análise política, no contexto ugarítico, realizada por Day (2005, p. 90-93).

e icônicas – e investigações etnográficas.

Temporalidades, mentalidades e diferentes espaços proveem sentido aos mundos compósitos das espécies existentes; com base nisso, a abordagem do mundo material, no qual o gênero e as técnicas de mulheres estão inseridos, buscará os indícios dos acontecimentos, visando um debate contextual e decolonial, que a abordagem comparativa e histórica se defronta com a potência de agir – *agence* – de mulheres nas desigualdades mundanas de sociedades antigas, potência e desigualdades perceptíveis materialmente ainda no tempo presente.

1. Fontes textuais e tradução

1.1. A denúncia de *I Samuel* 8,13 na biblioteca de Qumran (4QSam^a):

[... *w't bnwykm*] [*yqjh* *lr[qhwt wltbhwt wl'pwt ...]6*

1.2. Reelaboração enunciativa na *BHS*:

וְלֹא אָפַת וְלֹטֶבֶת יִקְרַח וְאַתְּ בָנָתֵךְ
*wa'et-bənōtēkem yiqqāh ləraqqāhōt ălatabbāhōt ăla'ōpōt*⁷

1.3. Tradução:

e as vossas filhas [o rei] pegará para perfumistas e para cozinheiras [de carne]⁸ e para padeiras [confeiteiras]⁹.

2. Cruzamentos culturais estatais e das diferenças: etnoarqueologias

Tecnicamente, no ordenamento despótico-carismático as mulheres subalternizadas, bem como quaisquer existentes subalternos e domésticos, fazem parte de categoria utilitária respeitante ao esquema das coisas seja da realeza e da aristocracia, seja do sistema de guerreiros-nobres que antecede a realeza propriamente dita. Ambos os tipos de sociedade se constituem por estratificação espacial, escravismo e a consequente concentração de riqueza. Porém, antes que buscar os espaços, mais interessante será a conceptualização de gênero. “Uma construção social que varia segundo as épocas e as culturas”, na qual a diversidade

⁶ Esse enunciado é uma reconstituição de *I Samuel* 8,13 de 4Q, texto fragmentário correspondente ao livro de Samuel escavado em *hirbet qumran* (camada literária: *I Samuel* 8,9-14). 4QSam^a, coluna VIII: fragmentos a–b [1º manuscrito de Samuel da caverna 4 de Qumran]. Na citação da monumental biblioteca de Qumran, recorro à edição do historiador e hebraísta Eugene Ulrich (2010, p. 268).

⁷ Transliteração de texto massorético da *BHS*, vocalização datada entre os séculos VI e IX EC (veja Francisco, 2024).

⁸ A raiz da palavra “cozinheiro” é *tbh*, que significa “fazer matança”. Assim, o significado dos substantivos *tabbahah* é “cozinheira” e *tebah*, “matança, carnificina” de gente e de animais; o verbo *tabah* significa “matar, assassinar”. Com as significâncias de “sacrifício”, “para cozinhar”, “cozinheiro” e “açougueiro”, temos as formas linguísticas em sírio: *tabahad*²; heb.: *tbh*; acd.: *tabahu* [*tbh*]; aram.: *tbh*. Veja sobre isso em: Olmo Lete e Sanmartín (2015, p. 873-74).

⁹ A produção em forno não se restringe a “pão” (*lehem*, *hallōt*), como indicam muitos enunciados da *BHS*, há que se ter em mente também produtos de confeiteiros, como bolo (*hallah*) e fogaça (*'ugāb*).

física entre os existentes desequilibra as sociabilidades “em função do meio e dos recursos disponíveis, mas também das condições de vida”, sem, no entanto, reduzir as várias formas de relações sexuais (Patou-Mathis, 2022, p. 109, 146). Contra os discursos normativos e subjetividades ingênuas, “o fato de as identidades – gênero, estado social, étnica, época e etária, religiosa – serem socialmente construídas não faz com que as mesmas sejam, necessariamente, linguagens subjetivas” (Santos, 2025a, p. 31).

Tudo isso reforça o fato de que as identidades, principalmente o gênero e a etnia, são construções intrínsecas aos lugares e relações sociais. É verdade que diante da fonte textual se deve considerar a lonjura temporal que separa o acontecimento histórico do registro literário, porque isso influencia as atividades escribais. Nesse sentido, as constantes mudanças culturais que acompanham o deslocamento físico de comunidades móveis materializam suas marcas, como as divergências textuais a isso atestam; por isso, no exercício de tradução e por meio das notas pretendi uma aproximação histórica.

Nas sociedades antigas, as identidades compunham as formas visíveis das culturas, que dependem dos contextos do lugar geográfico; portanto, o conceito de gênero é culturalmente determinado e diverso geograficamente, não cabendo na concepção essencialista nem por distinção sexual biológica. As pequenas estatuetas e plaquetas de mulheres nuas do antigo Oriente-Próximo, p.ex., são comumente interpretadas de forma redutora como passividade, fragilidade, fertilidade, no campo da imagética divina – Ashtar! Inana! –, ou do erotismo. Ora, para além do reducionismo, de acordo com Asher-Greve e Sweeney (2006) as imagens de pessoas e divindades femininas desnudas podem conotar engajamento com o público ou apenas exibicionismo; além disso, a figuração pode ter funções instrucionais, rituais, simbólicas e indiciais, com fins apotropaicos, atestatório, descriptivo, laboral e teatral. Postulo o debate estimulado pela interpretação “normal” da biblista e arqueóloga Bloch-Smith (2016) e as pesquisas inovadoras da historiadora Budin (2019; 2023), com uma descoberta do significante, a saber, a fertilidade como um atributo natural, não necessariamente de domínio feminino. Talvez seja o caso de reconhecer as mulheres como portadoras de poderes que alcançam a biologia, transformam as culturas e interferem nos fenômenos religiosos.

Esses poderes serão debatidos inicialmente a partir de etnografias de povos originários em que se inscrevem a forma de organização social de mulheres; num caso específico, o período que cobre a época em que Israel (heb.: *yisrā'el*, *ysr'*; ass.: DUMU ^m*hu-um-ri-i*) e Judah (*yəhūdāh*; acd.: *ia'ūdā*) eram entidades políticas com regime monárquico – o sul do Levante na Idade do Ferro II (975/925–600). No centro da entidade política havia uma instituição social que incomodava o despotismo praticado em todo o seu poder pela dinastia de turno. As dinastias tinham contra si algumas famílias enriquecidas e com pretensões golpistas (comerciantes, latifundiários, militares), que almejavam controlar as esferas de poderes estatais. Mas o problema não diz mais respeito ao fato de o governante se tornar o comandante-em-chefe das forças de defesa, tributar as produções agrícola e manufaturada, ampliar o sistema escravista, raptar pessoas, saquear cidades e apreender produtos, ou institucionalizar o harém de jovens mulheres e jovens homens, porque essas intervenções violentas de mando arbitrário já se afirmavam no mesmo nível institucional nas tribos e bandos com suas características próprias.

A monarquia vai criar o fator multiplicador da subalternização, a razão geométrica da política que organiza estruturalmente as camadas sociais sem nivelamento em sua base, por excluir as espécies não produtivas em algum nível econômico do conjunto de poderes. Na

base se encontram pessoas com alguma deficiência, mulheres em situação de orfandade e viuvez, pessoas idosas, crianças órfãs, e animais cuja carne se desconhece a forma de conservação e preparação higienizada. Tem-se agora em maior progressão, portanto, justamente o controle da população e da geografia, dos recursos naturais, trabalho social ordenado, divisão sexual e fiscalização da produção. Esses processos, não atestados num quadro de culturas interno nos regimes de cacicado, estão no cômputo da transformação dos lugares territoriais de tribos em cidades. Na origem da construção das cidades fica estabelecida a estatização dos meios de vida, irrompem uma nova agroecologia e a hierarquização de grupos étnicos com a sua participação ordenada no processo de funcionamento da estrutura palacial.

Ideologicamente favorável a uma aristocracia patriarcal, sem instituições formais de governo e controladora de um espaço intertribal, em suas versões na obra historiográfica Deuteronomista e na biblioteca de Qumran, a forma escribal de colocar a disputa pelo controle do sistema econômico monopoliza o debate sobre a mudança de regime político de forma panfletária. Na polêmica, em que as vozes comuns surgem sumária e destemidamente (*I Samuel* 8,19-20) contra o projeto aristocrático liderado pelo “profeta” e “sacerdote” Samuel (šəmū’ēl) e a favor da monarquia, o que teria aglutinado os protestos das comunidades, destacadamente os moradores dos limites das cidades, foi a rede comunitária de mulheres que garantiam exatamente a representação visual e a sobrevivência de pessoas de todos as camadas sociais: perfumistas (*raqqāhōt*), cozinheiras (*tabbāhōt*) e padeiras (*’ōpōt*)¹⁰. Esses grupos se ligam a tradições culturais complementares pelas interações nos ambientes domésticos e pelos vínculos de afecção fortalecidos pela heterarquia como forma de organização política. Proponho que em tempos formativos da monarquia israelita algumas tribos que participaram de sua fundação, à maneira de confederação etnotribal, não possuíam um vocábulo para designar o chefe¹¹, embora tivessem ideia da autoridade da chefia e suas obrigações. Os termos usados no livro dos *Juízes* (BHS) para identificar os cerca de doze chefes indicam essa possibilidade: “libertadores” (*hōš̄ām*) e “juízes” ou mediadores de conflitos (*šōptim*), como se cada um deles fosse, ideologicamente, um governante (*špt*). Como se nota também na fonte textual, o plano de fundo da redação sacerdotal está repleto das vozes que reprovam a administração de Samuel. Essas vozes foram inscritas como se não fossem contra Samuel (*kí lō’ ’ōtkā mā’ānū*, “pois não a ti rejeitaram”), mas contra a divindade (*wayya’az̄bunī [el-yhw̄h] wayya’abdu’ ēlōhīm ’āḥērīm*, “e me abandonaram [a Yahweh] e serviram a outros deuses”)¹².

Retomando o aspecto etnológico, Pierre Clastres (2015, p. 56) expressa que “o poder do chefe depende da boa vontade do grupo”. Algo que não estava acontecendo com aquele mediador de conflitos e agente do sacerdócio israelita. Assim, não se repetirá aquela boa vontade representada pela refeição comunitária no espaço sagrado, em que o chefe foi convidado pela população efraimita da cidade de Zuf (*sūp*)¹³. Nas sociedades tribais,

¹⁰ A essas jovens mulheres se somam, por imposição ou rapto do rei, numerosas pessoas para trabalharem em regime de salário (alimento, prata e outros), a empresa da corveia, escravatura sexual e prestamistas escravizados (veja Nakhai, 2018, p. 375-76).

¹¹ Pierre Clastres (2015, p. 47) afirma que algumas tribos, “como os Ona e os Yahgan da Terra do Fogo, não possuem sequer a instituição da chefia; e diz-se que a língua dos Jivaro não possuía um vocábulo para designar o chefe”.

¹² Veja *I Samuel* 8,7bα; 8,8bα (BHS). Destaquei a complexidade das relações estatais nos campos da política e das culturas na pesquisa historiográfica que realizei sobre a difusão das divindades no Levante, ver Santos, 2024.

¹³ Veja *I Samuel* 9,12b (BHS): *hayyōm bā’ la’ir kī zebah hayyōm babbamah*, “hoje [ele] veio para a cidade, porque sacrifício comunitário [haverá] hoje para o povo no espaço sagrado [*bāmah*, montanha cultural]”.

conforme argui Clastres (2015, p. 49-50), a atribuição do chefe consiste em assegurar a paz e a harmonia no grupo étnico, ganhando poder apenas em tempo de guerra; afora essa circunstância, a sua potência inexiste a não ser na prática da generosidade. Dos meios de poder político nas sociedades tribais destacados por Clastres (2015, p. 48-50, 65-66) e o etnólogo Roberto DaMatta (2023, p. 299-306) – a capacidade de conciliar, harmonizar a vida comunitária e garantir-lhe a sobrevivência, a generosidade, o talento oratório, a habilidade de caçador e a administração da poliginia –, apenas Deborah (*dəbōrah*) recebe reconhecimento a mais de uma dessas qualidades nas camadas redacionais da obra historiográfica Deuteronomista: ela é conciliadora (julga na entrada da tribo, ou no portão da muralha da cidade), tem talento oratório do discurso poético e, como guerreira, é o garante de sobrevivência do seu povo. Um líder emblemático como Samuel, p.ex., não é apresentado como um guerreiro ou caçador, mas como um sacerdote citadino – estranhamente, seria um representante de uma sociedade com economia de “retorno adiado”, cuja desigualdade econômica se caracteriza pela estocagem¹⁴. Convém notar sua inabilidade em atuar como conciliador, apesar de demonstrar talento de orador, e sua ausência de ascendência familiar (ausência de ancestralidade e prestígio).

Sobre os chefes israelitas, inexiste enunciação sobre a habilidade de caçador e se desconhece a prática da generosidade. Aliás, ao contrário da chefia de guerra, circunstancial, o grande caçador constitui-se em chefe ou sucessor natural do chefe por se destacar como provedor da sobrevivência do grupo social. O reconhecimento político é respaldado por seu êxito na mais importante atividade econômica. Resta ressaltar que a caça, assim como a guerra, “aponta, por sua universalidade, não para a natureza, mas para a cultura” (Clastres, 2014b, p. 225). Em relação à guerra, isso torna improvável que a sua finalidade seja “apropriar-se de bens escassos”, porque todos têm meios de vida em abundância, deslocando-a do campo da economia para o campo do político (Clastres, 2014b, p. 229).

Como postulou Marcel Detienne (2004, p. 65), compararmos para construir comparáveis no regime de historicidade; ainda que os contextos de espaços físicos e temporais sejam diferentes, as implicações tornam plenamente plausíveis os assentimentos a seguir. As mulheres tanto podem ser consideradas “o valor por excelência” quanto a “pessoa clânica” que atua como a dádiva coletivizante que faz prosperar a terra¹⁵, sobre as quais os estatutos mentais das sociedades tribais e os documentos textuais das sociedades monárquicas impõem estado de subalternização. Ao chefe permite-se praticar a poliginia e realizar o recrutamento de mulheres para os seus serviços – p.ex.: têxteis, preparação de comida, e sexo. Isso acontece mesmo quando no lugar territorial não há escassez de mulheres que produzem objetos técnicos, como os vários tipos de fornos, têxteis¹⁶, joias e utensílios domésticos, bem como a troca comercial de bens.

A complexidade dessas sociedades leva a paradoxos: onde a liderança de um chefe ocioso, totalitário e avarento é inaceitável, porque na vida diária ele deve ser “um ‘fazedor de

¹⁴ Sobre esse tipo de sociedade, caracterizada por sistema econômico de “retorno adiado”, deliberadamente de estocagem e desigualdades, ver Graeber e Wengrow (2022).

¹⁵ Mas veja também Lévi-Strauss (2012), Wagner (2014), Clastres (2015) e Strathern (2015a).

¹⁶ Apesar do distanciamento temporal acerca de dados meteorológicos sobre a agroecologia do Levante na Idade do Ferro, sugiro atentar para a descrição feita por Braudel (2016a, p. 77-86) acerca dos altiplanos do Mediterrâneo, entre os séculos XV e XVI EC. Com os rigores do clima – muito quente numa zona e muito frio, noutra –, suponho como razoável colocar as antigas tecelãs numa categoria valorizada nas sociedades do Levante.

paz”¹⁷ posto que a chefia torna-se necessária apenas em tempos de guerra¹⁸, permite que suas relações sexuais se tornem de tal dimensão que o grupo étnico pode acabar reunindo apenas pessoas de uma linhagem estrutural de parentesco. Além disso, passa a ser permitido ao chefe o enriquecimento, ainda que sob a exigência da distribuição de bens ou generosidade. Como vimos, nesses sistemas, por vezes, as culturas sobrepõem-se ao essencialismo por atuar contra a natureza do poder.

Convém situar a lógica de potencialidades de um modelo de sociedade que se distingue pela ausência de instituição separada do poder político, evitando, assim, as diferenças estruturais causadas pela multiplicidade de partições estanques. Clastres (2014a, p. 138) entende que as sociedades de povos originários “não têm órgão separado do poder”, talvez por isso não sejam excludentes nem conservam estoque de excedentes. A isso, pode-se aludir como exemplo, dentre os povos originários, os Apinayé; embora as suas relações sociais sejam repartidas, os sistemas de relações funcionam, de acordo com a etnologia de DaMatta (2023, p. 272), “como um mecanismo capaz de resolver as tensões entre os domínios público e privado”. Nesse sentido, o que Clastres tratou numa definição etnológica para muitos grupos étnicos originários, alguns anos depois DaMatta (2023, p. 295) descreveu acerca do chefe Apinayé como sendo “um homem que deve separar disputas, liquidar fúxicos e feitiçarias; numa palavra, coordenar e harmonizar a vida social da comunidade”.

Os chefes, em memória representacional de um mito de fundação de povos alto-xinguanos, são originários da “união insólita entre uma mulher de madeira e um hiperjaguar” (Fausto, 2023, p. 254), conforme a cognição narrativa de origem do Quarup¹⁹. A chefia mais “pesada” (*titeninhü*) é aquela na qual o chefe porta dupla linhagem de gênero, i.e., o chefe (*anetü*) se torna mais importante se traz consigo a presença materna, porque transmite uma “chefia ‘recíproca’ (*tetinguingo isanetu*)”; além do mais, fica atestada a existência de uma chefia feminina (*anetü*) no grupo étnico (Fausto, 2023, p. 254-55). Também com os povos do Xingu, o estabelecimento da chefia se dá pela generosidade.

É importante ressaltar que, conforme o etnólogo Fausto (2023, p. 255-56), numa festividade a troca de comida iniciada entre os chefes presentes, refletindo uma relação de amizade interétnica, amplia para a “redistribuição entre chefes e o seu próprio pessoal”, motivo pelo qual “uma chefia vai se assentando e tornando-se pesada” e o chefe se transforma realmente na base da comunidade. O caráter desse tipo de política parece ser bem comum em tribos e bandos. O linguista e historiador Walter Scheidel (2022, p. 65) compreendeu que, também no antigo Oriente-Próximo, “o status dos líderes dependia, em medida considerável, de sua capacidade e disposição de partilhar seus bens com a comunidade inteira”. Mas reconheçamos que há limites culturais, ainda que os modos de vida tenham muitas similaridades; costumes que emergem das experiências singularmente míticas se acomodam como componentes de tradições²⁰. O sistema de relações é a política sem a instrumentalidade do chefe e o poder, uma relação das relações em que todos são parentes

¹⁷ Uma definição em perspectiva de Pierre Clastres (2015, p. 48) sobre sociedades em que o “arcaísmo impediria de inventar uma autêntica forma política”.

¹⁸ Veja a denominação e funções de pessoas que libertam ou salvam (*bôš'am*) e julgam (*sóptim*) em camadas literárias do livro dos *Juízes* (BHS).

¹⁹ Principal festival do ciclo festivo Kuikuro (*egitsü*), cujo nome deriva de *kwaryp*, palavra dos povos Kamayurá para a significância de “árvore do sol” (Fausto, 2023, p. 254).

²⁰ Para Braudel (2016b, p. 134), “o Mediterrâneo é, pois, cortado por fronteiras culturais, fronteiras principais e fronteiras secundárias, cicatrizes que não saram e desempenham seu papel”. A meu ver, sempre foi assim o Levante. Por outro lado, a arqueóloga Susan Sherratt (2019) lembra em sua pesquisa sobre a globalização no Mediterrâneo que “fronteiras culturais” fazem parte de uma ideologia moderna particular.

porque são solidários. Assim, o prestígio recebe a significância da generosidade do chefe seja dando presentes, seja especificamente repartindo a caça ou organizando o trabalho social com justeza. A disjunção entre os povos com rei e os povos sem rei consiste basicamente na determinação das fronteiras do mundo coletivizado.

No caso estatal, o agente palacial controla a sociedade, seus meios de vida e bens produzidos, no conjunto das distorções econômicas infringidas contra a natureza, geradas por culturas de subalternização. No caso do tribalismo, a chefia serve a uma sociedade autônoma em universos semiautônomos²¹, para usar aqui uma expressão cara a Fernand Braudel²² no mapeamento social do Mediterrâneo, com a devida diferença europeizante posto que, nesse caso, não se exporta nem os homens nem os modos de vida ou mentalidade. A caça e a guerra como ações políticas do grupo étnico nos levam à ideia de autonomia, no sentido de que a autossuficiência econômica permite, por um lado, a independência do grupo étnico e, por outro, mantém as relações de troca entre vizinhos para evitar conflitos e controlar o poder da chefia – mantê-la associada a questões sociais da comunidade.

Parece-me que nos aproximamos de sociedades idealmente heterárquicas, tanto na fonte textual hebraica quanto nos estudos etnológicos; em ambos os casos, os chefes são porta-vozes dos deuses e os seus discursos referenciam o estatuto social ancestral. Para o caso da memória hebraica, principalmente em sua reelaboração sacerdotal *I Samuel* 8,13[8,9-14.16-20]²³, a pretensão de mudar o regime político equivale a descharacterizar o corpo social²⁴.

3. Regime de desigualdades mundanas em etnomonarquias: a vida diária de mulheres

Seguindo as fundamentações supra conjuntamente e interpretando a perspectiva da caracterização do corpo social, lançarei luz sobre as mulheres israelitas com bases multiculturais. Para situar a fonte textual nos contextos levantinos, observo que, conforme Koert van Bekkum (2022, p. 2-3), as posições cronológicas da Idade do Ferro no sul do Levante “não podem ser reduzidas a fatores políticos, religiosos ou culturais”, por causa de contextos específicos²⁵. A ameaça de reis israelitas precede o avanço imperial neoassírio

²¹ Penso na rede de alianças desenvolvida pelo chefe, segundo a vontade da tribo, visando garantir a segurança da comunidade; veja sobre isso em Clastres (2014a, p. 139-40).

²² Braudel se refere a isso em vários lugares de sua obra (veja 2016b, p. 127, 673-82).

²³ Segundo Nicolas Wyatt (2018, p. 62), “a tradição conhece dois relatos de sua ascensão ao poder, primeiro como uma escolha divina para resolver a crise política (*I Sm* 9,15–10,16) e, em segundo lugar, como representando uma instituição criada pelo homem contra a vontade divina (*I Sm* 8,1-22) para se adequar à norma entre os povos vizinhos”. Em adição, na reelaboração pós-sacerdotal do período Persa Aquemênida está ambientado retórica e cenograficamente um conflito com os ammonitas (*I Samuel* 10,17–11,15).

²⁴ Veja esse fundamento antropológico em Clastres (2014b, p. 239).

²⁵ Para Bekkum (2022, p. 3 com referências), “não é por acaso, por exemplo, que o debate sobre a chamada cronologia alta e baixa da Idade do Ferro IIA no sul do Levante tenha começado em Israel no contexto da discussão política que se seguiu ao Acordo de Oslo I de 1993 entre o governo de Israel e a Organização para a Libertação da Palestina, e da celebração dos 3.000 anos de Jerusalém. Tornou-se urgente a questão de saber se o Israel moderno deveria identificar-se com Jerusalém e o antigo reino israelita de David e Salomão ou com a mistura de tradições israelitas e canaanitas, como atestado em Samaria, a capital do rei Omri”. [It is no coincidence, for instance, that the debate on the so-called high and low chronology of the Iron Age IIA in the Southern Levant started in Israel in the context of the political discussion following the Oslo I Accord of 1993 between the government of Israel and the Palestine Liberation Organization, and of the celebration of 3,000 years of Jerusalem. The question had become urgent whether modern Israel should identify itself with Jerusalem

liderado pelo rei Shalmanasar III (*šulmānu-ašaridu*, 858–824)²⁶, e o domínio imperial do Levante, aludido por Bekkum (2022, p. 5) como tendo iniciado com o rei Tiglat-pileser III (*tukultī-apil-ašarra*, 744–727) em 745/744 AEC e findado no ano de 626 AEC.²⁷

O período provável das memórias orais de ameaças de tributação e anexação de campos, além do escravismo como sistema de poder que opera os mecanismos de funcionamento da estrutura das capitais, situa-se na Idade do Ferro IIA (c. 925–800), no início da monumental dinastia de Omri (*'omrî, hu-um-ri-i*, c. 885/882–874/873) em Israel e no reinado de Yehoshafat (*yâhôšâpât*, c. 870–848), em Judah, com a primeira transmissão documentária no período neobabilônico. Tenho no meu horizonte histórico as datações das grandes construções metropolitanas israelitas e judaítas revisadas²⁸. O contexto histórico regional, portanto, situa-se no rápido avanço da Assíria (*māt^d aššur*). Mas Israel mantém a sua relevância. Como uma entidade política com grande capacidade produtiva e bem protegida militarmente, liderou várias coalizões contra a Assíria, expandiu para o leste da Jordânia e resistiu à “assirianização” das suas práticas culturais até a provincialização em cerca de 738²⁹. A nível comparativo, devo aludir à condição política regional: Israel faz parte das bordas³⁰ imperiais produtivas.

No século IX AEC, quando se desenvolveu a estatização de múltiplas entidades políticas, inclusive na Transjordânia³¹, as economias mais desenvolvidas marcaram três fronteiras: centro-oeste (Hamat), sudoeste (Damasco) e sul (Samaria). Uma quarta e nova fronteira dizia respeito à personalidade, sobre a qual depreendo da análise do arqueólogo Benjamin Porter (2016, p. 392):

Em uma tal hierarquia, o rei na Idade do Ferro era entendido como um “pai” simbólico sobre as famílias constituintes. Os sujeitos rationalizaram

and the ancient Israelite kingdom of David and Solomon or with the mixture of Israelite and Canaanite traditions as attested in Samaria, the capital of king Omri.]

²⁶ Sobre as fontes textuais e monumentos do período de reinado de Shalmanasar III, veja Santos (2021). O monumento do rei moabita Mesha e a estela de Tel Dan são os testemunhos materiais mais historicamente relevantes sobre a potência do Israel no século IX AEC (veja Routledge, 2000; Santos, 2019a; 2020).

²⁷ O império neoassírio – prototípico império mundial – durou cerca de 300 anos (934–612/609); teve início com o rei Assur-dan II (*aššur-dân*, 934–912) e findou no período dos reis Sin-shar-ishkun (*sîn-šar-iškun*, 626–612) e Assur-uballit II (*aššur-uballît*, 611–609). Segundo Herrmann e Tyson (2019, p. 3), “do seu centro no rio Tigre, a Assíria se expandiu para incorporar territórios do oeste do Iran ao vale do Nilo, do Golfo Pérsico ao mar Mediterrâneo, e das montanhas Taurus ao deserto da Arábia, habitada por milhões de pessoas de inúmeras línguas, etnias, estilos de vida e deuses, com efeitos em cascata em milhões de pessoas além das suas bordas”. [From its heartland on the Tigris River, Assyria expanded to incorporate territories from western Iran to the Nile Valley, from the Persian Gulf to the Mediterranean Sea, and from the Taurus Mountains to the Arabian Desert, inhabited by millions of people of myriad tongues, ethnicities, lifestyles, and gods, with ripple effects on millions more beyond its borders.]

²⁸ Sobre as edificações e a reavaliação das datações, veja Finkelstein (2022).

²⁹ Historicização e mapa em Mieroop (2020, p. 322–27) e Liverani (2022, p. 183–88).

³⁰ Eu emprego o termo “borda” no sentido de lonjura e sob controle, mas também porque Israel (“Reino do Norte”) nunca foi uma fronteira nem dinâmica nem “natural” da Assíria, muito menos se localizava num “limite” territorial no sul do Levante. Mario Liverani (2022, p. 61–63) conceitua os usos de “borda”, “limite”, “periferia”, “confim” e “fronteira”. Liverani emprega sempre o termo “periferia” quando se refere ao Levante em períodos da Idade do Bronze; perspectivamente marcador da Assíria imperial e ideologicamente europeizante, a expressão reverbera no pensamento colonial europeu de quem desconhece as culturas e sociedades do antigo Oriente-Próximo, mesmo que esse não seja especificamente o caso do grande historiador.

³¹ Ver, em Santos (2025b), uma recente historiografia da Transjordânia.

o seu lugar na sociedade, bem como a autoridade dos líderes sobre eles, usando metáforas de casa e parentesco³².

Repare-se que Porter alude a um costume que nos auxilia na compreensão das apropriações operadas pelos governantes. Cria-se uma *persona* que sobrepõe-se a qualquer individuação do rei, como uma variante cultural da unidade do Estado e o seu senhorio sobre as espécies existentes e a produção. Resulta como legítimos o pagamento de tributos³³, o regime econômico de corveia ou trabalho forçado (acd.: *zābil kudurri*; heb.: *sēbel*), regime político-econômico escravista, serviço militar e prática regular de sacrifícios de sangue. Alguns desses suportes da burocracia receberão uma patente no século VIII AEC, o sistema *lmlk*, “Para o rei”.

Há nessa fronteira as representações visuais esculpidas na forma de relevo em monumentos arquiteturais produzidos em blocos de pedra, conhecidos como ortostatos. Enorme produtor de culturas, mormente de obras de arte, o norte do Levante foi a região em que artistas criaram o novo estilo de fachada no início do Bronze Médio, para decorar os grandes blocos da estrutura das mais importantes construções das metrópoles. Essa monumental arte mural iconográfica decorava a fachada dos palácios da realeza e templos, mas também recebiam o mesmo revestimento os muros, corredores e portões. Após o colapso do Bronze Tardio, a técnica de revestimento ortostático foi adotada por quase todos os reinos sírios que se desenvolveram com fundamento cultural hitita; na Idade do Ferro, a técnica passou a receber novas expressões, novas estéticas, com artistas assírios adotando o ortostato como matéria-prima para a criação de narrativa artística (Herrmann, 2019).

Sobre o tema, Herrmann (2019) tem no horizonte de pesquisas a Anatolia, mormente Sam'al (moderna Zincirli Höyük, Turquia), cidade siro-hitita do Sudeste; mas no texto em que analisa o reuso dos ortostatos aborda também metrópoles sírias com elementos amurritas/amoritas do Bronze Médio. Assim, apresenta de forma historicizada os relevos de um muro que reproduz uma procissão divina de caráter militar que ocorria num festival em Karkamish (*karkamış/karkamış*) e indica que Alalah (*alalah*), Ebla (*iblā*) e Alepo (*halab*) tinham palácios, templos e portões de bloco de ortostato decorados. Em Karkamish, o detalhe consiste no reuso do ortostato: um regente da cidade-Estado, Yariri (c. 800), reescreveu na parte oposta do monumento à dedicação do palácio na qual ignora a maldição e toma para si a autoria da construção (Herrmann, 2019, p. 416). Yariri também reivindicou para si a autoria de conquistas militares em outra inscrição monumental luwita/luwiana e ostentou sua capacidade intelectual, enunciando na base de uma estátua que ele foi instruído “[...] na escrita da Cidade, na escrita suraeana, na escrita assíria e na escrita taimani, e eu conheço 12 línguas”, dentre elas o fenício (Niehr, 2016, p. 305, 323; Younger, 2016, p. 242, 535 *et passim*).

A construção da *persona* interessa no contexto dos usos de estilos de arte mural iconográfica, tendo em vista que cristaliza simultaneamente a potência do reino e a individuação da superioridade da realeza. O relevo em blocos de pedra de ortostato se tornou um instrumento ideológico nos reinos sírios reconstruídos na Idade do Ferro, com linguagens políticas e culturais aramitas/arameus e hititas. Todo o empreendimento era

³² No original: “In such a hierarchy, the Iron Age king was understood as a symbolic ‘father’ over constituent households. Subjects rationalized their place in society as well as the authority of leaders over them using metaphors of house and kinship.”

³³ Tanto os tributos (*I Reis* 4,7-28; 12,4-14) quanto os dízimos (*I Samuel* 8,15.17) são sistemas de espoliação institucionalizados pela monarquia.

estatizado e a qualidade do produto devia testemunhar a prosperidade econômica do reino, além das potências humana e divina do rei. Sobre o relevo, Herrmann (2019, p. 401) sublinha que “as qualidades piedosas, celebratórias e apotropaicas de suas imagens eram refletidas no governante que as havia feito e que muitas vezes era retratado ali”. A propagação da ideologia por meio do ortostato carregava consigo o ponto de vista icônico da realeza sobre os eventos nos quais o rei participava, ou refletia sobre a sua soberania. Assim, a representação visual servia para reafirmar a superioridade da realeza dentro de uma tradição sancionada; por outras palavras, nos reinos levantinos da Idade do Ferro “a continuação dessa prática e dos rituais associados pode ter tido a intenção de evocar a autoridade política divinamente sancionada dos impérios da Idade do Bronze Tardio” (Herrmann, 2019, p. 402)³⁴.

Exposto ao público, afixa-se no governante um caráter único em meio aos demais existentes, incitando ao mesmo tempo os gestos de reverência pública em favor da autoridade. Como o artefato é imperecível, a exposição pública possibilitou a pessoas externarem seu desagravo com o governante e, com isso, a destruir, ou a reutilizá-lo, modificando assim a memória da realeza sucedida ou, quando era o caso, a memória do deus líder do pantheon local à época. O rei usurpador, ou incapaz de feitos heroicos, traz sempre consigo o suporte escribal! Para um e outro, a solução foi revestir de simbolismo sagrado o símbolo e lançar maldição sobre quem, como ato político, fizesse política de apagamento da memória – nem sempre tomada a sério, como demonstrou Yariri. Com efeito, a imagem real transmitida ao público de entidades políticas, perante as divindades e a adesão de um grupo de prestanistas, era monumentalizada em grande parte por usurpação.

Não é, pois, de se admirar que com o passar do tempo o rei vai ficando, ideologicamente, cada vez mais potente; refiro-me particularmente ao rei judaíta e suas transformações características de uma divinização da personalidade. O cientista da religião Theodore J. Lewis (2020, p. 507) argui que em Judah o rei não chega a ser deificado nem a ser cultuado, mas recebe qualidades divinas e, a meu ver, registros ficcionais de tal monta que o escriba esboça em perspectiva de um paraíso: há justiça (*mišpat*), amplo direito (*ṣədāqāh*) e bem-estar (*ṣalōm*) para toda a população num governo realizado com equidade divina (*mīšōr*) e retidão (*sedeq*)³⁵. É, pois, um mundo de controvérsias literárias que a monarquia envolve.

Repare-se que Yahweh (*yhw*) sanciona a realeza em *I Samuel* 9,16, com a informação de que um homem de Benjamin deve ser ungido rei sobre o povo; uma notícia editorializada que decreta a derrota do movimento aristocrático contra a monarquia de *I Samuel* 8! Frank Crüsemann (2002, p. 218), baseado numa realidade histórica consistente sobre a disponibilidade de terra para todas as famílias, afirma que o problema em *I Samuel* 8 está no “fato de que israelitas livres se tornarão ‘escravos’ (*'abādim*) do rei, sendo, portanto, seus subalternos (v. 17)”. Crüsemann nada diz sobre o versículo 13, que dá sentido à conclusão (v. 17) e coloca as jovens mulheres da terra no centro do debate político. Não há como não notar que faltou estabelecer uma ruptura com o cânon bíblico visando refletir sobre as implicações da presença das jovens mulheres na fonte textual³⁶.

³⁴ Herrmann não menciona quais “impérios”, mas pode-se aludir a Mitanni e Hatti, talvez a Estados territoriais como Assíria e Babilônia; no mesmo período o império egípcio tinha forte presença tanto no Mediterrâneo oriental quanto no Mediterrâneo ocidental.

³⁵ Dois lados na argumentação de Lewis (2020, p. 507 e 849 n. 47), fontes que corroboram a sua interpretação sobre as leis e as vozes dissonantes do retrato idílico do reino em enunciados da *BHS*.

³⁶ Nesse sentido, o artigo de Juliane Prade-Weiss, Vladimir Petrović e Dominik Markl (2023, p. 41-44, 50-56) apresenta uma oportuna abordagem sobre a violência, e o livro de Ariella Aïsha Azoulay (2024) se insere no debate de novos pontos de vista elucidativos acerca da interpretação de documentos.

É evidente na narrativa a ausência do povo da terra – as pessoas escasseadas –, o fato de que a estrutura dessa sociedade funciona ordenada por elites rurais e urbanas que escravizam pessoas:

w't 'bdykm w't 'mbtykm [w't bqrkm h̄tw bym w't hmwyrykm yqh] w'sw lml'ktw

e os vossos escravos e as vossas servas domésticas [e os vossos melhores animais vacuns e os vossos jumentos pegará], e produzirão para coisa dele (*I Samuel* 8.16, 4QSama³⁷).

Essas evidências epigráficas nos proporcionam a conjuntura indiciária da assembleia presidida por Samuel. Dela, fazem parte apenas os representantes das elites que se apropriam das riquezas locais, aqueles que grassam a morte técnica do gênero, o que precede a morte social das pessoas escasseadas – subalternização até a objetificação de escravo. (Trabalhadoras profissionais da engrenagem do maquinário político, como as mulheres técnicas inscritas no v. 13, continuarão a ser espoliadas seja qual for o regime político, pelo monarca e pela aristocracia patriarcal; não há dúvida de que a população subalternizada tem voz ativa em outro enunciado, no que seria uma fábula popular de oposição ao poder e aos poderosos, em *Juízes* 9,8-15 [BHS; enunciado ausente em BQS].) Portanto, por um lado, rechaça-se a ideologia régia canaanita, que faz do rei um totalitário divino, mas sobretudo tem-se em mente a forma estrutural hitita, que, de acordo com Olmo Lete (2018, p. 203), acabou por se tornar um dos “modelos da historiografia régia bíblica”. Por outro lado, reflete o temor de que o escravismo se torne sistemático por outras vias legais, escapando-lhes o controle do sistema econômico. Teme-se sobretudo que o exercício do poder centralizado lhes exclua do ordenamento da estrutura da sociedade e atinja, por meio de pessoas das suas linhagens de parentesco, as camadas multifamiliares dominantes que não farão parte da realeza:

[... 't bnkm yqh w'sm bw] [brkb]w ...

[... os vossos filhos pegará e meterá para ele] [na carruagem de guerra] dele
... (*I Samuel* 8.11bα, 4QSama^a).

Tão grandes perdas levam Samuel a buscar apoio à sua ideia de sociedade. Mas o que o faz se opor ao regime monárquico para preservar o estado social daquelas famílias ricas, que aparentemente lhe desprezam por não ser um homem de guerra? O fato de que a emergência da monarquia significará a queda do lastro hereditário sobre o qual está vinculado o sacerdócio, a perda de prestígio e da participação no rateio da produção, além dos ditames religiosos e da justiça. Como não conta com instituições formais de governo, essa aristocracia patriarcal disputa entre si o apoio da população ao mesmo tempo que acumula cativos

³⁷ A primeira parte do texto é autoexplicativa pelo fato de as empregadas domésticas não serem designadas como escravas e o adj.mas.pl. “melhores/bons” levarem o sub.mas. *bqr* para o pl. O fragmento de *BQS* (Textos de Qumran) difere da *BHS* (Texto Massorético): onde consta no 4QSama^a “as vossas servas domésticas” e “os vossos animais vacuns/gado graúdo”, seguido pelo adj. “melhores”, a *BHS* grava respectivamente *ṣphwrykm*, “vossas escravas”, e *bhwrm*, “vossos jovens homens”, seguido pelo adjetivo “melhores” (o fragmento de *BQS* parece fazer mais sentido, porque em ambos os textos “os vossos filhos” está enunciado no v. 11 e “vossa gado miúdo”, no v. 17, enquanto a *BHS* não menciona “os vossos animais vacuns”); no fragmento de *BQS*, o vrb. *šb*, “fazer, trabalhar, produzir”, se encontra no pl., diferente da *BHS*; quanto a *lml'ktw*, um complemento para o verbo que lhe antecede, temos várias possibilidades de tradução para o português, desde “trabalho/obra” e “serviço/tarefa” até “coisa/todo tipo de tarefa” – optei por esta última acepção, por não haver uma destinação específica e porque todos os existentes ficarão submetidos ao arbítrio da realeza (ver Elliger; Rudolph, 1997; Ulrich, 2010; Tov, 2022; Francisco, 2024).

escravizados no cômputo de suas propriedades e privilégios. De outra forja, a estatização por meio da monarquia instituirá a concentração de poder num único homem – o rei: controle formal e acúmulo de toda a riqueza, cidades, aldeias, zonas hidrográficas e rurais, palácios (*bkl*: residência real e templo), existentes produtivos, prestígio, privilégio e o monopólio da força coercitiva. Em suma, a aristocracia israelita será desarticulada.

Agora, é preciso de fato justificar que a imputação de ficção, a que me referi anteriormente, tem a ver com a inexistência de lei promulgada no antigo Israel, diferente da administração forense de entidades políticas da Mesopotâmia que contavam com códigos de leis³⁸. Se o maior código legal israelita, o Código Deuteronômico (*Deuterônomo* 12,2–26,15 [BHS]), transforma o rei em escriba, deixando-o sem autoridade tanto para promulgar leis quanto para guerrear, o que evita também a escravização de pessoas³⁹, o seu poder judicial tem que ser visto como uma arbitrariedade que atinge a população em todas as esferas da sociedade.

Em fontes textuais de Sumer, o patriarcado parece ter sido superado pela agência feminina/feminista em muitas comunidades – *agence* no sentido de potência de agir. Na casa da mulher tem cerveja, jarros feitos por ceramistas femininas e ela é a grande cozinheira⁴⁰. Havia o trabalho pesado da moenda, o abastecimento de água e a estocagem de lenha e alimentos em cômodos da casa. De acordo com uma série de fontes textuais mesopotâmicas e levantinas, o padrão de vida pública, na estrutura monárquica, permitia que as mulheres se ocupassem “principalmente com os negócios do templo, do rei, com os assuntos de Estado e também com os indivíduos ricos” (Stol, 2016, p. 339-41). Com o pagamento – prata e cevada –, as mulheres podiam comprar seus produtos básicos com os siclos (*šqlm*) recebidos.

4. Sábias e técnicas: mulheres na desconstrução das desigualdades mundanas

Em relação a Israel, tem-se uma aporia sobre a produção. No plano de fundo da fonte textual hebraica se estabelece duas denúncias contra a economia palacial israelita: o rapto de jovens mulheres dos seus lares, para as explorações sexual⁴¹ e de mão de obra

³⁸ Veja sobre códigos legais mesopotâmicos em Sanmartín (1999).

³⁹ Apoiando-se, em parte, em Roland de Vaux, Lewis (2020, p. 558-59) argui acerca da escassa documentação sobre o rei na Bíblia Hebraica, ainda que se tenha sugerido que Samuel escreveu regulamentos reais. O problema escribal aumenta quando nos é informado, em *I Samuel* 10,25, que esses regulamentos foram colocados no santuário. Veja também Schmid (2013, p. 59 e 177).

⁴⁰ Uma hipótese Deuteronomista é que as refeições comuns e rituais, com dedicação especial, eram feitas e servidas por cozinheiros (*tabbah*) tanto em ambientes domésticos quanto em santuários (p.ex.: *Gênesis* 6,19; 18,7; *I Samuel* 1,4-5 [considerar o texto da *Septuaginta*, porque o texto massorético passou por revisões]; 9,23-24); por outro lado, os *šəlāmîm* servidos no palácio eram preparados por cozinheiras (*tabbahōt*), como se nota na indicação de *I Samuel* 8,13 e em fontes textuais de Ugarit (KTU [*tbh*]) (veja Ackerman, 2022, p. 100-101 e notas 3, 76 e 85).

⁴¹ Uma narrativa exemplar é o fato envolvendo David e um caso de estupro, sobre o qual sugiro o comentário da bíblista Mercedes L. García Bachmann (2020, p. 218): “Ele viu Bathsheba, filha de Elíam, a esposa de Uriah, o hitita, queria-a e mandou trazê-la a ele. (...) Esta não é uma história de amor, mas de estupro. Uma mulher convocada por um rei poderoso o suficiente para fazer com que seu marido, um soldado renomado, fosse morto com premeditação, não teve voz ao ser levado para a cama do rei. Como a maioria das mulheres na Bíblia sobre as quais se diz que foram levadas para fazer sexo, não aprendemos sobre os sentimentos dela. Lemos que ela lamentou a morte do marido por David (2 Sam 11,26) e, desde então, de acordo com 2 Sam 12,24, David a confortou após a morte do primogênito, o narrador sugere que ela também lamentou a criança. Bathsheba é o objeto de diversas ações: levada para o quarto de David, engravidada, enviuvada, casada e talvez rainha-mãe antes de se tornar, com o profeta Nathan, uma súdita na construção de Salomão como rei (1 Rs 1-

qualificada (técnicas, escribas, artistas e outras), além do escravismo como uma das fontes de enriquecimento das elites. A grande produção agrícola das zonas de terras férteis subsidiou a cultura material do reino, a aquisição de objetos luxuosos e ferramentas avançadas, impulsionou a urbanização e a militarização. O desenvolvimento econômico proporcionou a construção de grandes casas, controle das zonas de produção e exportação, fontes fluviais e vias adjacentes, bem como o assédio e raptos de jovens mulheres de seus núcleos familiais, antecedendo o quadro militarizado de difusão do terror (*puluhtu; (ša) puluhti; emuqu*) do império neoassírio. Esse ambiente interno preparou em Israel o fator imperial denominado por Liverani (2022, p. 125-32) como “reação preventiva”, isso ocorreu no reinado de Ahab (^m*a-ha-ab*, c. 873–852/869–850), evidentemente contra a Assíria⁴².

No caso das jovens mulheres profissionais, suas áreas de atuação são diversas. Com técnicas de extração de óleos, a perfumista (acd.: *muraqqitu*; heb.: *raqqah*) era responsável pelo cuidado com o corpo de membros da dinastia, além de terapias. Há fontes do período neoassírio mencionando perfumistas femininas no contexto palacial, com funções para além da beleza olfativa⁴³. Pequenas jarras com incenso encontradas em várias residências na cidade de Jerusalém confirmam o grande consumo de perfumes pelas elites locais (veja Nakhai, 2018, p. 376). Com base na investigação da arqueóloga Laura Cousin (2016, p. 513), as fazedoras de perfume também exerciam as funções de cozinheira, esteticista e em áreas da saúde, capacidades que lhes integravam aos ambientes da realeza⁴⁴. De acordo com Cousin (2016, p. 517), as mulheres das camadas dirigentes eram cuidadas pelas perfumistas na época do casamento com “banho, unção com óleos perfumados, aplicação de cosméticos e cabeleireiro”; no contexto mesopotâmico, “elas estão ligadas a trabalhadores de origens estrangeiras, muitas vezes vindos do oeste do antigo Oriente-Próximo”, o que inclui sub-regiões do Levante⁴⁵.

2)”. [He saw Bathsheba, the daughter of Eliam, the wife of Uriah the Hittite, wanted her, and had her brought to him. Since the story is well known, here I will only reflect on its effects on women. This is not a story of love but rape. A woman summoned by a king powerful enough to have her husband, a renowned soldier, killed with premeditation had no say in being brought to the king's bed. Like most women in the Bible of whom it is said that they were taken for sex, we do not learn about her feelings. We read that she mourned her husband killed by David (2 Sam. 11:26) and, since according to 2 Sam. 12:24 David comforted her after their firstborn's death, the narrator suggests she mourned the child as well. Bathsheba is the object of several actions: taken to David's room, made pregnant, made a widow, made a wife, and perhaps made a queen mother before she becomes, with the prophet Nathan, a subject in making Solomon king (1 Kgs. 1-2).]

⁴² A assim chamada reação preventiva teve início em cidades sírias, e interrompeu o predomínio assírio na região; para termos uma ideia da potência dos reinos aramitas/arameus no século IX AEC, os acontecimentos desestabilizadores que marcam a autoridade da Assíria aparecem nas fontes materiais quase meio século depois da queda da dinastia omrida. De fato, o marco se dá por meio da “arbitragem operada por Shamshi-ilu (*Šamši-ilu*), comandante-chefe (*turtānu*) do rei Adad-nerari III” na disputa de limites fronteiriços entre os reinos de Ḫamat e Arpad/Bīt-Agūsi, nos anos 806/805–796 AEC (Santos, 2022). Mirando definitivamente o Levante meridional, o fato político assírio antecedeu a guerra por quê? Porque o conflito entre aqueles reinos sírios vizinhos na zona do Orontes estava interrompendo o avanço das guarnições que tinham por objetivo alcançar os reinos aramitas do Jordão, assediados e enfim tornados vassalos em 738 AEC.

⁴³ Em II Reis 9,30 temos uma amostra de produtos cosméticos consumidos no palácio; a destacada beleza de Izabel (*Izabel*) levou o escriba a elaborar literariamente uma visualização da princesa (veja Santos, 2019b).

⁴⁴ García Bachmann (2020, p. 224) e a cientista da religião Beth Alpert Nakhai (2018, p. 376) sugerem que as ocupações femininas no palácio eram por imposição do rei, mas podemos incluir outros membros das camadas dirigentes no contexto da denúncia de I Samuel 8,13.

⁴⁵ Há evidências em anais babilônicos da presença de perfumistas, cozinheiras e confeiteiras judaítas na Babilônia, além do fato de que os membros da corte judaíta exilados – Yoyakin, sua mulher e filhos, além de funcionários – foram tratados relativamente bem (veja Podany, 2022, p. 502-506, 515-19). O tablet Bab 28122, do arquivo N1, escavado no lado sul do “Palácio da Babilônia” e datado de 593/592, no 13º ano do reinado de

Nas conexões de longo curso em que essas mulheres eram submetidas, se encontram profissionais aramitas, kushitas, tírias, mulheres de origem hitita e oriundas das cidades de Arpad e Ashdod. Isso nos conecta fortemente com *I Samuel* 8,13 e as jovens mulheres israelitas. É possível que algumas dessas mulheres de origem israelita tenham vivido em palácios levantinos e com suas famílias, em ambientes reservados por elites mesopotâmicas. Os arqueólogos Andrea Squitieri e Mark Altaweel (2022, p. 14) mencionam registros documentários de semitas ocidentais na Babilônia do século VI AEC que informam a existência de “famílias privadas de origem judaica [judaíta] que estavam envolvidas na coleta de impostos em nome do Estado (já que isso foi parcialmente privatizado) e outras atividades econômicas privadas”.

Ausente das textualizações hebraicas como atividade feminina, a tecelagem transformou o ambiente doméstico por integrar ao núcleo familiar a manufatura de objetos técnicos, revelando capacidades ignoradas pelos fatores de gênero⁴⁶. Registros etnográficos israelitas, cipriotas e de zonas mediterrâneas geralmente associam a mulher ao trabalho com a preparação de alimento e a produção de objetos de cerâmica em pequena escala; no entanto, no caso de Israel, a mulher poderia alcançar especialização têxtil inclusive para fazer roupa ritual (*'epôd*) e demais vestes sagradas, inclusive as que vestem as estátuas, como faziam as *qədesôt* (veja Ackerman, 2022, p. 48-49, 345-46). No Levante, a tecelagem era uma atividade técnica desenvolvida por mulheres⁴⁷; os objetos técnicos e a produção têxtil, segundo Ebeling (2021, p. 468), estão associados a mulheres e a suas casas desde a Idade do Bronze Médio. Entre a sala e a cozinha, ou entre o solo central e a parte externa da casa, a mulher trabalhava com o tear e seus instrumentos, pesos do tear e espirais do fuso, sem deixar de desempenhar outras funções: conservava e cozinhava os alimentos, mantendo consigo pedras de amolar e cortar, pilão, forno, potes e panelas. Dessa forma se constrói espaços femininos/feministas, para além da maternidade, pela relação entre perfumistas, cozinheiras, padeiras e confeiteiras, fandeiras, tecelãs, instrumentistas musicais e cantadoras.

Com a produção de objetos têxteis e a construção de fornos comunitários, acessíveis a mulheres e homens, as vias para o mundo exterior se alargaram, avançando com a comercialização desses produtos pelas próprias mulheres. A descoberta de bulas, selos e a impressão de selos com nomes femininos apresentam pelo menos dois testemunhos: primeiro, a participação de mulheres nas redes comerciais que cruzavam o Levante, fazendo circular a produção de seus bens de valor; segundo, indicam que muitas mulheres eram letradas e, por isso mesmo, eram responsáveis por operações econômicas e câmbios

Nebuchadnezzar II (*nabû-kudurri-uṣur*, 604–562), “lista a quantidade de óleo de gergelim distribuída a indivíduos ou grupos de pessoas, para os meses de *Nisânu* no anverso e *Ayyaru* no verso”; além de mencionar oito nativos judeus, dentre os quais o jardineiro Šalam-yama ou Samaku-yama, o tableté informa que, exilado na Babilônia, Yoyakin (*ya'u-kinu*, c. 597), rei de Judah, recebe ração para toda a sua casa: Obv. 29: *a-na ¹ia-'ú-gin LUGAL sá KUR ia-ú-du*. Trad. completa do enunciado: “1 *seah* (de óleo) para Jehoiakin [*ya'u-kinu*], rei de [*ia-ú-du*]. 2½ *qu* para 5 filhos do rei de Judah [*ia-ú-du*]. 4 *qu* para 8 judeus” (Cousin, 2016, p. 518; veja também Podany, 2022, p. 503).

⁴⁶ Entre as atividades técnicas, a tecelagem e a produção de implementos, bem como a comercialização dos produtos, são enunciadas como profissões femininas em *Provérbios* 31,10-29-(31); v. 13.19.21-22.24. Apesar do silenciamento de mulheres no período do Segundo Templo (veja Jacobs, 2018), antes mesmo do período Persa Aquemênida o protagonismo de longa duração das mulheres já influenciava a afixação das suas experiências de vida política e econômica (veja Nakhai, 2018; Meyers, 2021, p. 495-96).

⁴⁷ O cientista da religião Scott B. Noegel (2021, p. 213) afirma que a tecelagem é uma atividade primariamente feminina no mundo antigo.

comerciais. Assim, elas passaram a organizar redes de política econômica e de transmissão de conhecimentos tecnológicos, não se excluindo mutuamente mesmo em meio a conflitos⁴⁸.

Com efeito, fontes etnográficas da Idade do Ferro canaanita (veja Ebeling, 2022) demonstram que as mulheres participavam da construção das casas – localização, distribuição do espaço interno e acessibilidade –, marcadamente pela presença de artefatos utilizados na vida diária feminina. Uma das descobertas mais reveladoras de mudança na sociedade operadas pelas mulheres diz respeito ao processo de fabricação dos fornos de cerâmica. Ebeling (2022) sublinha que a Bíblia Hebraica menciona a presença de forno (*tannûr*; pl.: *tannûrim*) em quinze enunciados, sendo que apenas em *Levítico* 26,26 diz sobre o uso dele por mulher em ambiente doméstico. Como “o pão e outros alimentos e bebidas feitas à base de grãos eram básicos na dieta israelita antiga”, Ebeling (2022, p. 93) considera estranhos tanto o desinteresse dos escribas acerca da vida diária feminina quanto a ausência de atestação arqueológica de padarias públicas em Israel na Idade do Ferro.

Nada obstante, muitos testemunhos da cultura material confirmam a importância de cozinheiras e padeiras na sociedade. Em dezoito sítios do sul do Levante – sendo Beer-sheba (*bə'ér ševa'*) um dos mais importantes – foram escavados 235 fornos, sendo que 21% deles estavam instalados em lado externo da casa, 13% em áreas abertas e 5% em construções públicas, indicando que pelo menos 1/5 dos fornos tinha acesso público e 2/5, eram de uso comunitário. Outras evidências indicam o caráter cooperativo dos fornos na época da monarquia israelita: “várias casas tinham mais de um forno associado a elas” e grande parte das instalações privilegiou o “fácil acesso às entradas e em espaços partilhados entre as casas” (Ebeling, 2022, p. 93-94).

Destaco nas pesquisas arqueológicas a instalação de fornos e cozinhas como motivação libertária de mulheres levantinas, profissão que teria sido difundida por mulheres da Anatólia. No sul do Levante, essa tradição familiar tornou-se feminina; as mulheres definem a locação, constroem, pintam à mão e comercializam os fornos (*tandirs* ou *tannûrim*); uma tradição que atualmente se supõe que fora “transmitida de mãe para filha” e que o trabalho era supervisionado por mulheres mais idosas (Ebeling, 2022, p. 97-98). Os novos fornos cilíndricos projetados não apenas facilitaram a preparação de comida à base de carnes e a diversificação da dieta à base de grãos – passou-se a não apenas preparar o pão, mas também bolos e fogaças –, mas também tornaram conhecida a capacidade de mulheres para projetarem casas (*bayt, bētu/bīt, bītātum*) com acessibilidade e desenvolverem tecnologias para a conservação de alimentos, além das técnicas de forjamento de ferramentas para o trabalho têxtil em regiões de escassos recursos no Levante meridional, como as zonas metalúrgicas e do deserto (Santos, 2025b, p. 21). Em Canaan, a fabricação de bebidas – cerveja (*šēkar*), vinho (*yayin*) – era uma atividade do gênero feminino. Será que a interferência do patriarcado, por meio das divisões sexual e do trabalho social, está no plano de fundo das insistentes críticas sobre a “bebida forte” nas literaturas normativas hebraicas do judaísmo antigo?

Aliás, como já explanado, fontes textuais e icônicas do segundo e primeiro milênio AEC⁴⁹ testemunham que no mundo antigo-oriental as mulheres eram as responsáveis pela preparação da dieta – bebidas, comida que inclui as carnes (*lehem*; *ōkel*), bolo (*hallâh*) e fogaça (*‘ngâh*) – e dos pratos sofisticados servidos nos simpósios e festivais dos calendários oficiais. Na inauguração do palácio de Kalhu, cidade de 16.000 habitantes transformada em capital

⁴⁸ Veja sobre isso em Nakhai (2018, p. 377), Meyers (2021, p. 494-98), Santos (2025a) e Budin (2019, p. 525-32).

⁴⁹ Veja Ebeling (2021, p. 468-69) e Meyers (2021, p. 494-95).

do império neoassírio pelo rei Assurnasirpal II (*aššur-naṣir-apli*, 883–859), a festividade oferecida a 69.574 pessoas durou dez dias, exigindo mão de obra qualificada⁵⁰. Um contrato mesopotâmico, datado da segunda metade do primeiro milênio AEC, ilustra os serventes da realeza como uma perspectiva social a colocar em polos opostos o palácio neoassírio e os palácios israelita e judaíta, porque nele “são estipulados alguns dos termos da formação: a sua duração, a remuneração do aprendiz, a sua obrigação de ser diligente e a do seu mestre de o formar” (Abrahami, 2021, p. 91). Na Assíria, o contrato de pessoal para a cozinha menciona a remuneração da mão de obra, trata-se de funcionários do palácio. Por outro lado, na memória hebraica nada consta sobre o assunto, indicando tratar-se de rapto de jovens mulheres para o trabalho escravo no palácio.

De acordo com Carol Meyers (2021, p. 494), as “conexões de parentesco, as quais eram mantidas em festivais regionais, acrescentaram outra dimensão às redes de mulheres”, porque facilitaram as relações femininas entre diferentes grupos étnicos e sociedades. Isso possibilitou atividades cooperativas, trocas de experiências e modos de vida, bem como a aquisição e transmissão de novos conhecimentos. As múltiplas atividades desempenhadas pelas mulheres em áreas imprescindíveis não sombreiam nem o patriarcalismo socioeconômico nem o totalitarismo político, exatamente porque elas combatem esses poderes hierárquicos e subalternizantes, propondo assim a possibilidade de outros mundos. As redes informais femininas são tão importantes quanto as redes formais masculinas para o funcionamento da estrutura de sociedades⁵¹, forma pela qual as mulheres superam o medo, a fome, perdas e doenças. Nesse sentido, Meyers (2021, p. 494) alude ao aspecto político das redes informais de mulheres, por intermédio de quem são supridas as necessidades familiais e solucionados problemas nos “agregados familiais pré-modernos”. Na área econômica, como aludi anteriormente, a transmissão de conhecimentos tecnológicos processa uma série de soluções e melhorias para a vida diária. Nos contextos israelitas, Meyers (2021, p. 494) afirma que, conforme registros etnográficos, a “partilha de conhecimentos pode ter transcendido as comunidades individuais”, porque mesmo depois de casadas as mulheres não rompiam seus laços familiais. Algumas das tecnologias compartilhadas foram empregadas no processamento de alimentos e na fabricação de produtos têxteis.

Tratando da construção de sociedades por meio de redes de mulheres no tempo presente, a arqueóloga Sam Lucy (2005) pesquisou o caso das mulheres da montanha Okmekmin, localizada nas terras centrais da Papua-Nova Guiné; essas mulheres, oriundas de diferentes comunidades e distintas dinâmicas relacionais, reconhecem-se mútua e culturalmente como “um tipo’ de *bilum*” – sacolas confeccionadas com as devidas distinções identitárias –, construindo o que chamarei de etnicidade compartilhada. Por outro lado, a etnóloga Marilyn Strathern (2015a) pesquisou a potência de agir de mulheres Hagen, região das montanhas centrais da Papua-Nova Guiné; fazendo circular bens de valor sem a intervenção masculina, as mulheres Hagen atuam como dádiva coletivizante – uma legenda com a qual me refiro a essas agentes que fazem prosperar a terra.

Na sua grande obra sobre as convenções culturais, o etnólogo Roy Wagner (2014, p. 225) mostra a conjunção do plano de fundo da reciprocidade de povos originários:

A riqueza nessas sociedades corresponde a um valor *diferenciante* que suplementa seu aspecto coletivizante. Essa riqueza não é “dinheiro”

⁵⁰ Uma abordagem historiográfica a partir das fontes textuais pode ser consultada em Liverani (2022) e Podany (2022, p. 428-40); pontos sumários sobre o festival, veja Abrahami (2021).

⁵¹ Nos termos da *BHS*, cito as evidências de *Rute* 4,14-17 e *II Reis* 4,1-3 (*BHS*).

porque sua significância como “dádiva” – como algo em si mesmo – sempre predomina sobre o seu valor de troca. Nas trocas sociais não se “compram” mulheres e crianças: o que se faz é “dar” e “receber”, ou no máximo “substituir”.

Nessa mesma linha, em estudo sobre o parentesco no qual raciocina sobre as “alocações recíprocas”, Claude Lévi-Strauss (2012, p. 102-105) mostrou que nas sociedades de povos originários “as mulheres constituem o bem por excelência”, porque elas “não são primeiramente um sinal de valor social”. Nesse sentido, as mulheres são “bem fundamental” justificador do casamento como um “conjunto de obrigações recíprocas”.

Considerações finais

Escribas das Escrituras Sagradas hebraicas silenciam e ou vilipendiam, em grande medida, a potência de agir de gêneros não masculinos ou masculinizados nas esferas de poder tribais e estatais; ignorando, sobretudo, os seus múltiplos papéis não masculinos de altíssima relevância – cantadoras e instrumentistas musicais, técnica de tecelagem, rainha, sacerdotisa, construtora, guerreira, comerciante, industriárias, especialistas de câmbio e exportação, escriba –, deixando registradas como herança a vida miúda em circunstâncias de subalternização. Mas se voltando contra a opressão, a vida miúda nos remete a superestruturas econômicas e políticas. Em um mundo de gêneros e hierárquico, vale a percepção de contextos a nos alertar que a ausência de registro de mulher num artefato ou fonte textual não significa que o objeto ou o lugar não fizessem parte da vida de mulheres.

Percepção das culturas nunca é demais! “Devemos ter em mente que muitas das representações feitas de materiais perecíveis desapareceram com o passar do tempo” (Otto, 2016, p. 112) e que muitos registros feitos em metais foram derretidos ou passaram por reuso. Além disso, as grandes representações visuais – estatuária, murais, relevos – “não foram criadas com a intenção de retratar a vida real, mas pretendiam realçar os papéis ou capacidades de um número limitado de pessoas através de representações estereotipadas. Elas ilustram tudo menos a ‘vida diária’”; em relação a obras de menor dimensão – pequenas estatuetas, placas de terracota –, elas “mostram pelo menos algumas representações da vida diária e do trabalho” (Otto, 2016, p. 113), sendo que apenas uma mínima parte contém registro de mulheres da vida miúda da sociedade a que diz respeito. A constatação de Adelheid Otto para o terceiro e segundo milênio AEC da Mesopotâmia pode ser considerada para as artes monumentais e fontes textuais da Idade do Ferro no Levante. Nesse sentido, com pertinência para as Escrituras normativas hebraicas, a proposição pedagógica da arqueóloga Amy Rebecca Gansell (2020, p. 17-18) faz todo sentido:

Quando consideramos, por exemplo, quantificações de corpora de selos ou textos que representam desproporcionalmente homens versus mulheres, devemos também levar em conta os itens no corpus que não citam ou preservam o nome de um homem ou de uma mulher⁵².

Ontologias e pesquisas da história aplicadas a fontes textuais e iconográficas de vários domínios científicos atestam o poder dinâmico das mulheres. Com seus aportes de materiais

⁵² No original: “Therefore, when we, for example, consider quantifications of seal or text corpora that disproportionately represent men versus women, we should also account for the items in the corpus that do not cite or preserve the name of either a man or a woman.”

científicos, temos auxílios para o questionamento acerca do predomínio de gênero masculino como síntese de sistema político nas sociedades antico-orientais – patriarcas/patriarcado; chefes/povoados e tribos; anciãos; reis/reinos e impérios; governantes/cidades; e outros – seja no controle absoluto de pequenos ambientes ou lugares geográficos, seja nos vínculos materiais ou afecções imateriais. Dessa forma, tem-se um archote a iluminar brechas para combates femininos/feministas mais incisivos de realidades práticas⁵³.

Referências

- ABRAHAMI, Philippe. Préparer le banquet au Proche-Orient ancien. In: GOURARIER, Zeev *et al.* (direction). **Les tables du pouvoir: une histoire des repas de prestige**. Lens; Paris: Louvre-Lens; Flammarion, 2021, p. 88-93. [ML – Catalogue d'exposition, référence: EK 197863].
- ACKERMAN, Susan. **Women and the religion of ancient Israel**. New Haven: Yale University Press, 2022.
- ASHER-GREVE; Julia; SWEENEY, Deborah. On nakedness, nudity, and gender in Egyptian and Mesopotamian art. In: SCHROER, Silvia (editor). **Images and gender: contributions to the hermeneutics of reading ancient art**. Fribourg; Göttingen: Academic Press Fribourg; Vandenhoeck & Ruprecht, 2006, p. 125-176.
- AZOULAY, Ariella Aïsha. **História potencial: desaprender o imperialismo**. Trad. C. Euvaldo. São Paulo: Ubu, 2024 [2019].
- BEKKUM, Koert van. Competing chronologies, competing histories: ancient Israel and the chronology of the Southern Levant *ca.* 1200–587 BCE. In: KEIMER, Kyle H.; PIERCE, George A. (editors). **The ancient Israelite world**. London: Routledge, 2022, p. 34-53.
- BLOCH-SMITH, Elizabeth. Acculturating gender roles: goddess images as conveyors of culture in ancient Israel. In: HULSTER, Izaak J. de; LeMON, Joel M. (editors). **Image, text, exegesis: iconographic interpretation and the Hebrew Bible**. London: Bloomsbury, 2016, p. 1-18.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II**. Vol. 1. Trad. G. C. C. de Souza. São Paulo: Edusp, 2016a [ed. 1993].
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II**. Vol. 2. Trad. G. C. C. de Souza. São Paulo: Edusp, 2016b [ed. 1993].
- BUDIN, Stephanie Lynn. Finding a world of women: an introduction to women's studies and gender theory in biblical archaeology. In: YASUR-LANDAU, Assaf; CLINE, Eric H.; ROWAN, Yorke M. (editors). **The social archaeology of the Levant: from Prehistory to the present**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 522-535.

⁵³ Agradecimento: Agradeço ao Dr. Edson de Faria Francisco, por ter me enviado sua pesquisa, ainda em processo editorial, e, sobretudo, pela generosa amizade. Por fim, sou grato aos editores e pareceristas anônimos.

BUDIN, Stephanie Lynn. **Gender in the ancient Near East**. London: Routledge, 2023.

CLASTRES, Pierre. A questão do poder nas sociedades primitivas. In: **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. 3.ed. Trad. P. Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2014a [1976], p. 137-143.

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas. In: **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. 3.ed. Trad. P. Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2014b [1977], p. 217-253.

CLASTRES, Pierre. Troca e poder: filosofia da chefia indígena. In: **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. Trad. T. Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2015 [1962], p. 46-66.

COUSIN, Laura. Beauty experts: female perfume-makers in the 1st millennium BC. In: LION, Brigitte; MICHEL, Cécile (editors). **The role of women in work and society in the ancient Near East**. Berlin: Walter de Gruyter, 2016, p. 512-525.

CRÜSEMAN, Frank. **A Torá: teologia e história social da lei do Antigo Testamento**. Trad. H. Reimer. Petrópolis: Vozes, 2002.

DaMATTI, Roberto. **Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé**. Rio de Janeiro: Rocco, 2023 [1976].

DAY, John. A herança cananéia da monarquia israelita. In: DAY, John (org.). **Rei e messias em Israel e no antigo Oriente Próximo**. São Paulo: Paulus, 2005, p. 77-95.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. 2. ed. Trad. I. Storniolo. Aparecida: Ideias & Letras, 2004 [1998].

EBELING, Jennie. Women's daily life in Bronze Age Canaan. In: BUDIN, Stephanie Lynn; TURFA, Jean MacIntosh (editors). **Women in Antiquity: real women across the ancient world**. Vol. 1. London: Routledge, 2021 [2016], p. 465-475.

EBELING, Jennie. Making space: women and ovens in the Iron Age southern Levant. In: EBELING, Jennie; MAZOW, Laura (editors). In: **Pursuit of visibility**. Essays in archaeology, ethnography, and text in honor of Beth Alpert Nakhai. Oxford: Archaeopress, 2022, p. 92-102.

ELLIGER, Karl; RUDOLPH, Wilhelm (herausgeber). **Biblia Hebraica Stuttgartensia**. 5. aufl. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997. [BHS]

FAUSTO, Carlos. **Ardis da arte: imagem, agência e ritual na Amazônia**. São Paulo: Edusp, 2023.

FINKELSTEIN, Israel. **Realidades hasmoneias subjacentes aos livros de Esdras, Neemias e Crônicas: perspectivas arqueológicas e históricas**. Trad. P. F. Valério. São Paulo: Paulinas; Recriar, 2022 [2018].

FRANCISCO, Edson de Faria. **Léxico do Antigo Testamento interlinear hebraico-português**. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2024.

FRANCISCO, Edson de Faria. A Septuaginta e a crítica textual do Antigo Testamento. In: PINTO, Leonardo Pessoa da Silva; FRANCISCO, Edson de Faria (orgs.). **Septuaginta: introdução ao Antigo Testamento Grego**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil. [Forthcoming/Futura publicação]

GANSELL, Amy Rebecca. Women's lives in the ancient Near East and facets of ancient Near Eastern womanhood. In: LASSEN, Agnete W.; WAGENSONNER, Klaus (editors). **Women at the dawn of history**. New Haven: Yale University Press, 2020, p. 14-23.

GARCÍA BACHMANN, Mercedes L. The various roles of women in the Historical Books. In: KELLE, Brad E.; STRAWN, Brent A. (editors). **The Oxford handbook of the Historical Books of the Hebrew Bible**. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 214-227.

GRAEBER, David; WENGROW, David. **O despertar de tudo: uma nova história da humanidade**. Trad. C. Marcondes e D. Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2022 [2021].

HERRMANN, Virginia R.; TYSON, Craig W. The construction of the imperial periphery in Neo-Assyrian studies. In: TYSON, Craig W.; HERRMANN, Virginia R. (editors). **Imperial peripheries in the Neo-Assyrian period**. Denver: University Press of Colorado, 2019, p. 3-40.

JACOBS, Sandra. "The disposable wife" as property in the Hebrew Bible. In: BUDIN, Stephanie Lynn *et al.* (editors). **Gender and methodology in the ancient Near East: approaches from assyriology and beyond**. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, 2018, p. 337-355.

LANGE, Armin. The textual plurality of Jewish Scriptures in the Second Temple period in light of the Dead Sea Scrolls. In: DÁVID, Nóna; LANGE, Armin (eds.). **Qumran and the Bible: studying the Jewish and Christian Scriptures in light of the Dead Sea Scrolls**. Leuven; Paris: Peeters, 2010, p. 43-96.

LEHMANN, Gunnar. Chronological problems and the chronology of the Encyclopedia of Material Culture of the Biblical World. In: BERLEJUNG, Angelika; DAVIAU, P. M. Michèle; KAMLAH, Jens; LEHMANN, Gunnar (editors). **Encyclopedia of Material Culture in the Biblical World: a new *Biblisches Reallexikon***. Tübingen: Mohr Siebeck, 2022, p. xix-xxviii.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 7.ed. Trad. M. Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2012 [1967].

LEWIS, Theodore J. **The origin and character of God: ancient Israelite religion through the lens of divinity**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

LIVERANI, Mario. **Para além da Bíblia: história antiga de Israel**. Trad. O. S. Moreira. São Paulo: Paulus; Loyola, 2008 [2003].

LIVERANI, Mario. **Asiria: la Prehistoria del imperialismo**. Trad. J. M. Ábrego de Lacy. Madrid: Trotta, 2022 [2017].

LUCY, Sam. Ethnic and cultural identities. In: DÍAZ-ANDREU, Margarita *et al.* (editors). **The archaeology of identity: approaches to gender, age, status, ethnicity and religion**. London: Routledge, 2005, p. 86-109.

MEYERS, Carol. Women's daily life (Iron Age Israel). In: BUDIN, Stephanie Lynn; TURFA, Jean MacIntosh (editors). **Women in Antiquity: real women across the ancient world**. Vol. 1. London: Routledge, 2021 [2016], p. 488-500.

MIEROOP, Marc van de. **Historia del Próximo Oriente antiguo: ca. 3000–323 A.E.C.** Trad. A. Piquer y S. Arroyo. Madrid: Trotta, 2020 [2016].

NAKHAI, Beth Alpert. A world of possibilities: Jerusalem's women in the Iron Age (1000–586 BCE). In: BUDIN, Stephanie Lynn *et al* (editors). **Gender and methodology in the ancient Near East: approaches from Assyriology and beyond**. Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona, 2018, p. 369-389.

NIEHR, Herbert. The power of language: language situation and language policy in Sam'äl. In: OMER, Sergi; OEMING, Manfred; HULSTER, Izaak J. de (editors). **In search for Aram and Israel: politics, culture, and identity**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2016, p. 305-332.

NOEGEL, Scott B. The women of Asherah: weaving wickedness in 2 Kings 23:7. **Catholic Biblical Quarterly**, Washington, D.C., v. 83, n. 2, 2021, p. 208-219.

OLMO LETE, Gregorio del. **Lectura intertextual de la Biblia hebrea: ensayo de literature comparada**. Madrid: Trotta, 2018.

OLMO LETE, Gregorio del; SANMARTÍN, Joaquín. **A dictionary of the Ugaritic language in the alphabetic tradition**. Third revised edition by Wilfred G.E. Watson. Leiden; Boston: Koninklijke Brill, 2015.

OTTO, Adelheid. Professional women and women at work in Mesopotamia and Syria (3rd and early 2nd millennia BC): the (rare) information from visual images. In: LION, Brigitte; MICHEL, Cécile (editors). **The role of women in work and society in the ancient Near East**. Berlin: Walter de Gruyter, 2016, p. 112-148.

PATOU-MATHIS, Marylène. **O homem pré-histórico também é mulher: uma história da invisibilidade das mulheres**. Trad. J. R. Simões. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022 [2020].

PODANY, Amanda H. **Weavers, scribes, and kings: a new history of the ancient Near East**. Oxford: Oxford University Press, 2022.

PORTER, Benjamin W. Assembling the Iron Age Levant: the archaeology of communities, polities, and imperial peripheries. **Journal of Archaeological Research**, New York, v. 24, n. 4, 2016, p. 373-420.

PRADE-WEISS, Juliane; PETROVIĆ, Vladimir; MARKL, Dominik. Mass violence as tragedy: analyzing the transmission of discourses. **Journal of Perpetrator Research**, Winchester, v. 5, n. 1, 2023, p. 29-62.

ROUTLEDGE, Bruce. The politics of Mesha: segmented identities and state formation in Iron Age Moab. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, London, v. 43, n. 3, 2000, p. 221-256.

SANMARTÍN, Joaquín. (edición y traducción). **Códigos legales de tradición babilónica**. Madrid; Barcelona: Trotta; Edicions de la Universitat de Barcelona, 1999.

SANTOS, João Batista Ribeiro. O monumento do rei Meša' de Mū'a'ba: o liame dos fatos envolvendo moabitas e israelitas do norte na Idade do Ferro II. **Phoônix**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 2019a, p. 11-25.

SANTOS, João Batista Ribeiro. “Grandes olhos negros”: o ícone literário da princesa fenícia Izebel na corte israelita do século IX A.E.C. nos contextos das linguagens culturais levantinas. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, v. 33, n. 3, 2019b, p. 257-274.

SANTOS, João Batista Ribeiro. Para além de Tēl Dān: os contextos e conexões dos conflitos entre aramitas e israelitas na Idade do Ferro II. **Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, São Paulo, v. 32, n. 2, 2020, p. 91-114.

SANTOS, João Batista Ribeiro. O relevo do fato e da fala: Israel Norte no “Obelisco Negro” de Shalmaneser III e seus contextos na Idade do Ferro II. **História (São Paulo)**, Franca, v. 40, 2021, p. 1-18.

SANTOS, João Batista Ribeiro. O monumento de Antakya: a geografia política de Ḫamat e Arpad/Bīt-Agūsi no norte do Levante entre os anos 806/805 e 796 AEC. **Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, São Paulo, v. 35, n. 1, 2022, p. 1-16.

SANTOS, João Batista Ribeiro. **A difusão iconográfica da religião: historiografia de políticas de guerra e representações visuais na Antiguidade Oriental**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2024.

SANTOS, João Batista Ribeiro. Etnicidade e fenômenos de linguagens locais transmitidas: uma reavaliação das condições de construção identitária para além do antigo Oriente-Próximo. **Phoônix**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 2025^a, p. 13-42.

SANTOS, João Batista Ribeiro. Transformações estatais na Transjordânia: breve percurso formativo dos reinos de Ammon, Moab e Edom. **Reflexão**, Campinas, v. 50, 2025b, p. 1-28.

SCHEIDEL, Walter. **Violência e a história da desigualdade: da Idade da Pedra ao século XXI**. Trad. V. Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022 [2017].

SCHMID, Konrad. **História da literatura do Antigo Testamento: uma introdução**. Trad. U. Wegner. São Paulo: Loyola, 2013 [2008].

SHARON, Ilan. Levantine chronology. In: STEINER, Margreet L.; KILLEBREW, Ann E. (editors). **The Oxford handbook of the archaeology of the Levant: c. 8000–332 BCE**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 44-65.

SHERRATT, Susan. A globalizing Bronze and Iron Age Mediterranean. In: HODOS, Tamar (editor). **The Routledge handbook of archaeology and globalization**. London: Routledge, 2019, p. 602-617.

SQUITIERI, Andrea; ALTAWEEL, Mark. Empires and the acceleration of wealth inequality in the pre-Islamic Near East: an archaeological approach. **Archaeological and Anthropological Sciences**, Berlin, v. 14, n. 10, 2022, p. 1-16.

STOL, Marten. **Women in the ancient Near East**. Transl. Helen Richardson and Mervyn Richardson. Berlin: Walter de Gruyter, 2016 [2012].

STRATHERN, Marilyn. Sujeito ou objeto? As mulheres e a circulação de bens de valor nas terras altas da Nova Guiné. In: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Trad. I. Dulley, J. Pinheiro e L. Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2015 [1984], p. 109-132.

TOV, Emanuel. **Textual criticism of the Hebrew Bible**. 4. ed. Minneapolis: Fortress Press, 2022.

ULRICH, Eugene (editor). **The Biblical Qumran Scrolls: transcriptions and textual variants**. Leiden: Brill, 2010. [BQS]

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Trad. M. C. de Souza e A. Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2014 [1981].

WYATT, Nicolas. Royal religion in ancient Judah. In: STAVRAKOPOULOU, Francesca; BARTON, John (editors). **Religious diversity in ancient Israel and Judah**. London: T & T Clark, 2018 [2010], p. 61-81.

YOUNGER, K. Lawson. **A political history of the arameans: from their origins to the end of their polities**. Atlanta: SBL Press, 2016.

Recebido em: 16/12/2024

Aceito em: 29/08/2025